

OS AÇORIANOS NO ESPÍRITO SANTO: O LEGADO PORTUGUÊS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CAPIXABA

Fabiene Passamani Mariano - Doutoranda em História (PPGHI)

Apresentação do Tema:

As razões pessoais sempre me influenciaram no momento da escolha de um tema de pesquisa, assim, escolhi estudar um assunto que diz respeito à minha descendência açoriana e à formação da minha cidade - um tema pouco pesquisado até então, o que podemos notar claramente pela falta de fontes bibliográficas a respeito. Objetivando o aprofundamento dos meus estudos sobre a contribuição dos imigrantes açorianos na formação da identidade capixaba, por meio de uma abordagem historiográfica, será desenvolvida uma tese de doutorado em História Social das Relações Políticas, visando contribuir para o conjunto de pesquisas dedicadas à História do Espírito Santo.

A cidade de Viana, localizada na Região Metropolitana da Grande Vitória-ES, bem como os imigrantes açorianos que iniciaram o povoamento de seu território, nunca foram alvo de grandes investigações, tendo em vista que os registros documentais existentes foram pouco explorados e a produção historiográfica sobre o Espírito Santo sempre tratou esse tema de forma bastante genérica e superficial.

No Brasil do século XIX, a vinda de imigrantes portugueses, naturais das Ilhas dos Açores¹ foi um fenômeno determinado por decisões políticas da Coroa Portuguesa, que passou a adotar o povoamento como uma nova perspectiva para a ocupação do território brasileiro, visando impedir as invasões e a exploração das terras por outros países. Numericamente bastante considerável, os açorianos contribuíram no processo de construção do espaço brasileiro, especialmente no que tange à consolidação do povoamento das regiões de fronteira.

A capitania do Espírito Santo foi inserida nesse processo de ocupação do território brasileiro como parte do cenário de um novo momento político para o país, onde Viana se despontou como a única cidade capixaba a receber imigrantes açorianos em seu povoamento inicial. Tal especificidade justifica a relevância na realização de pesquisas historiográficas acerca da contribuição desses imigrantes para o desenvolvimento da capitania, considerando a compreensão do processo da vinda, instalação e fixação das famílias açorianas no Sertão de Santo Agostinho (atual cidade de Viana - ES), na primeira metade do século XIX.

Outra ação advinda dessa nova perspectiva política brasileira que merece destaque se refere à nomeação de Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira² para governador da Capitania do Espírito Santo, no ano de 1812, permanecendo no cargo até 1819. Novaes [19--] relata: “por influência do Governador Rubim, trinta casais de açorianos dos que vieram aumentar a povoação branca do Brasil, foram encaminhados para a Capitania do Espírito Santo, pelo Intendente Geral da Polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana”. Acrescenta Derenzi (1965) que Rubim se aproveitava politicamente de seu parentesco com Paulo

1 O arquipélago dos Açores é um território pertencente a Portugal, formado por nove ilhas, que juntas somam uma área total de 2.333 Km². Localizado no oceano Atlântico, os Açores ocupam uma posição intercontinental que lhe confere uma centralidade muito peculiar e estratégica nas conexões entre o Velho e o Novo Mundo.

2 A nomeação de Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira para o cargo de governador, inaugura historicamente o primeiro governo do Espírito Santo independente do governo da Bahia (1812-1819).

Fernandes Viana, explorando tal circunstância em benefício de sua administração. De acordo com Carvalho:

Nota-se que no final do século XVIII e início do XIX, novas perspectivas ressurgem no sentido de tornar a Capitania espírito-santense mais produtiva e lucrativa para a Coroa. [...] Com a designação real para melhor se aproveitar as terras capixabas, o primeiro governador nomeado, abre o século XIX com uma administração que primava pelo desenvolvimento econômico. Parece justificável, portanto, compreender que, a entrada desse século representava novos horizontes para a Capitania do Espírito Santo (2008, p.40 e 41).

As primeiras famílias açorianas chegaram à capitania do Espírito Santo em novembro de 1812, porém só foram encaminhadas para o Sertão de Santo Agostinho em fevereiro de 1813. Para viabilizar a instalação desses imigrantes, o governo distribuiu terras e outros incentivos para o desenvolvimento da produção agrícola (especialmente no que se refere ao cultivo de linho e trigo). Cabe ressaltar que o povoado recebeu o nome de Viana em homenagem ao intendente de polícia, Paulo Fernandes Viana, tio e protetor de Rubim, do Espírito Santo e da colônia, que se fundava sob seu patrocínio (DERENZI, 1965).

A contribuição histórica dos açorianos na formação da identidade capixaba se efetiva a partir da compreensão de questões fundamentadas em processos políticos locais, nacionais e internacionais, ocorridos nas primeiras décadas do século XIX. Nesse recorte temporal, alguns acontecimentos tendem a assumir uma função de “fio de Ariadne” no que tange a respostas para alguns hiatos na historiografia do Espírito Santo, onde inicialmente podemos citar: a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil (1808); a chegada e a instalação dos imigrantes açorianos no Espírito Santo (1812 – 1814); a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (1815 – 1817) e a realização das Festas do Divino Espírito Santo em Viana (herança cultural e religiosa dos imigrantes açorianos, que teve início naquela localidade, no ano de 1817).

IMIGRAÇÃO AÇORIANA – Brasil, Espírito Santo, Viana

O objetivo geral desta pesquisa remete à investigação do processo de povoamento do interior do Espírito Santo, ocorrido no início do século XIX, visando à compreensão do processo de instalação e fixação, bem como os principais motivos que culminaram na vinda de famílias portuguesas, naturais das Ilhas dos Açores, para o Sertão de Santo Agostinho - atual cidade de Viana - entre os anos de 1812 a 1814. Para tanto, realizaremos a análise da tríade Motivação-Instalação-Fixação dos açorianos no Espírito Santo em suas especificidades e as importantes contribuições sociais, econômicas e políticas decorrentes desse processo. Também será analisada a perspectiva política imposta pela Coroa Portuguesa, bem como o posicionamento e as ações do Governador Francisco Alberto Rubim no contexto do povoamento do interior da Capitania do Espírito Santo.

Impulsionados não somente por seu espírito aventureiro e pelas políticas de incentivo da Coroa Portuguesa, os açorianos tinham muitos motivos para emigrar: as catástrofes sísmicas e vulcânicas; a existência de uma superpopulação e a fome que assolava os Açores por consequência do subdesenvolvimento da agricultura e da excessiva concentração da propriedade. O crescimento demográfico aumentou ainda mais a disputa pelo acesso a uma vida digna nos Açores e a maioria dos açorianos que se deslocou para o Brasil era de camada social muito baixa, com raríssimas exceções. Segundo Fortes (1999), mesmo tendo recebido terras e outros incentivos para emigrarem para o Brasil, os ilhéus continuaram vivendo, durante

muito tempo, sob péssimas condições.

Os primeiros casais açorianos emigraram para o Brasil no início do século XVII, tendo as capitanias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul como os principais destinos neste país. Ainda no século XVII, as capitanias do Maranhão e do Pará também receberam casais açorianos para o povoamento de seus territórios, posto que a preocupação da época fosse a garantia do controle do território através do povoamento nas regiões de fronteira. No século XVIII, novamente muitos ilhéus foram direcionados para o litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e alguns casais açorianos encaminhados para o Amapá.

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, com o aumento do fluxo imigratório, os destinos dos açorianos no Brasil se diversificaram ainda mais. Nessa perspectiva, os ilhéus foram distribuídos pela Região Norte (Amazonas), Região Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo) e Região Nordeste (Maranhão, Paraíba). Por fim, a partir do século XX, a imigração açoriana continuou existindo de forma considerável até o estabelecimento das medidas restritivas de imigração, instituídas pelo governo de Getúlio Vargas, quando houve grande redução na entrada de imigrantes de qualquer nacionalidade no Brasil.

Existe uma divergência acerca da categoria na qual os açorianos se enquadram quando emigram para território brasileiro. Alguns estudos definem a vinda dos mesmos para o Brasil - nos períodos anteriores à independência brasileira - como um mero deslocamento, considerando o fato de que os Açores e o Brasil estavam submetidos a uma mesma responsabilidade administrativa, ou seja, à Coroa Portuguesa. Para tanto, no desenvolvimento da pesquisa serão analisados e confrontados os conceitos de Migração, Imigração, Emigração, Colonização, Povoamento e outros que se destinam a nomear o processo da vinda dos açorianos (portugueses) para o Brasil, antes de 1822.

Klein, ao descrever a vinda de portugueses para o Brasil, utiliza apenas termos advindos do verbo migrar, remetendo à ideia de deslocamento dentro de um mesmo território: “Enquanto nos dois séculos até 1700, haviam migrado para o Brasil cerca de cem mil portugueses, somente no século XVIII migraram cerca de 400 mil” (1999, p.19). Tal hipótese, ao considerar os portugueses apenas como migrantes, não leva em consideração o fato de que os açorianos, ao se deslocarem para o Brasil, encontraram aqui condições muito antagônicas em relação à geografia, ao clima, aos modos de subsistência e à cultura (europeia) de seu local de origem.

Entretanto, neste estudo, adotaremos o termo “imigrante” para designar os açorianos, que participaram do processo imigratório instituído pela Coroa Portuguesa para o povoamento da Capitania do Espírito Santo, por considerá-los pioneiros dentre os demais povos europeus que se instalaram na região, de forma semelhante ao pensamento apresentado por Cilmar Franceschetto (coordenador do “Projeto Imigrantes”, do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo):

O projeto tem 1812 como referência de data inicial porque em dezembro daquele ano chegou a então Capitania do Espírito Santo um grupo de 32 colonos, de um total de 250, oriundos das Ilhas dos Açores, para ocupar lotes na Colônia Agrícola de Santo Agostinho, atual município de Viana. Este foi o primeiro empreendimento oficial de colonização agrícola no Brasil por meio de mão-de-obra familiar imigrante. Alguns historiadores, equivocadamente, não consideram esse importantíssimo fato histórico por não considerar os açorianos como estrangeiros pois, na ocasião, juntamente com os brasileiros, estavam sob o domínio de uma

Entendemos por imigração, o movimento de entrada temporária ou definitiva de pessoas em outro país, podendo ocorrer por diversos motivos, sejam eles sociais, econômicos ou políticos, com a principal intenção de trabalho e melhoria nas condições de vida. De uma forma geral, podemos constatar que as ações empreendidas para o processo de imigração, modificaram as estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas do Brasil, tornando-as mais dinâmicas e complexas, no sentido que, a cada nova nacionalidade inserida no país, novas técnicas, linguagens, práticas religiosas, usos e costumes eram somados ao nosso contexto sociocultural.

Visando compreender a contribuição dos açorianos para a formação da identidade capixaba, faz-se necessária e indispensável a leitura e a transcrição de um grande quantitativo de documentos oficiais referentes à administração da Capitania, entre os anos de 1808 e 1821, no sentido de averiguar as possíveis causas e consequências de todo esse processo nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais estabelecidas no Espírito Santo, sendo este recorte ainda pouco pesquisado e analisado. Acreditamos que a análise minuciosa dos determinantes desse processo político de ocupação de território possibilitará o conhecimento das peculiaridades ocorridas na capitania, a partir do estabelecimento de relações comparativas entre o Espírito Santo e outras localidades que também receberam açorianos, sob condições semelhantes, em seus processos de povoamento.

Acreditamos que a realização de estudos dessa natureza contribui efetivamente para o surgimento de um novo panorama, a partir do desenvolvimento de práticas historiográficas livres dos discursos tradicionais, que tanto insistem em rotular o Espírito Santo do período colonial como um território abandonado, sem ao menos considerar a existência de uma sociedade ativa e produtiva. Ao contrário, houve uma intensa movimentação da capitania durante o período inicial do “oitocentos”, sendo esse recorte temporal considerado como de extrema relevância histórica para a formação tão peculiar da sociedade capixaba.

O estudo proposto irá primar pela análise e compreensão da contribuição dos açorianos no povoamento do interior da capitania do Espírito Santo e, sob esta ótica, tentar estabelecer novos parâmetros acerca da sociedade capixaba no período referenciado. Ao analisar o processo de fixação dos imigrantes açorianos em solo capixaba, considerando suas adaptações necessárias à subsistência e as estratégias de inserção nos diversos segmentos da dinâmica do território povoado, irá contribuir efetivamente para a elucidação de questões pertinentes a esse período pouco pesquisado em nossa produção historiográfica. Em seus objetos e objetivos também serão analisadas algumas questões específicas ligadas à memória, à identidade e à valorização do patrimônio cultural (material e imaterial) da cidade de Viana no contexto sociocultural capixaba.

Ainda no tocante ao desenvolvimento desta pesquisa, o estudo regional - inserido no contexto global da história do Brasil – nos auxiliará em sua capacidade de considerar as peculiaridades locais enquanto propicia a correlação entre os setores estruturais que definem o contorno do objeto a ser estudado, no recorte temporal escolhido. De acordo com Carvalho (2008, p.13): “As iniciativas historiográficas referentes

³ PROJETO IMIGRANTES do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/imigrantes>>. Acesso em: 20 julho 2014.

ao estudo da história do Brasil vêm, nas últimas décadas, se especializando e questionando cada vez mais, o modelo explicativo fixo e homogêneo para todo o Brasil". Acerca dos estudos locais, nos apoiaremos nos trabalhos realizados pelo memorialista Heribaldo Lopes Balestrero, considerando suas limitações para nossa análise, tendo em vista que o mesmo não era um historiador de ofício.

Considerações Sobre os Estudos do Movimento Migratório

De uma forma objetiva, a história consiste em fatos, memórias, ideias, abstrações e comportamentos. Considerando a pluralidade encontrada na maioria dos estudos relacionados aos movimentos migratórios, ressaltamos que em cada comunidade, estão presentes diferentes traços socioculturais, assim como inúmeras relações entre eles. Diante disso, acreditamos que os estudos interdisciplinares se apresentam como os mais adequados ao atendimento das proposições desse tipo de pesquisa, pelo fato de possibilitar uma ampla abordagem, a partir do diálogo entre a história e outras vertentes das ciências sociais. Para tanto, revisitaremos alguns autores que contribuíram na elucidação de algumas questões pertinentes às pesquisas dessa natureza.

Em seus estudos sobre a imigração em massa para a América Latina, Boris Fausto (1999), considera que, por muitos anos, os estudos sobre a imigração avançaram de forma compartimentada, pois os especialistas se limitaram ao desenvolvimento de estudos relativos aos seus respectivos países. Recentemente, tal isolamento começou a cair em desuso, em razão do entendimento da necessidade de ampliação do quadro a ser estudado, permitindo assim, uma análise mais abrangente entre semelhanças e diversidades nos processos migratórios.

Ao discorrer sobre o interesse tardio dos estudos brasileiros sobre a imigração, Fausto apresenta como elementos explicativos desse retardamento a preferência sobre questões referentes à população negra – por estar indissolúvelmente ligada, no contexto brasileiro, ao processo de transição das relações de trabalho - e ao impacto advindo de uma questão correlata, mas diversa, que é a migração interna. Sobre a abordagem do tema da imigração europeia para o continente americano, indica que o mesmo pode ocorrer a partir de enfoques bastante diversos:

[...] os estudos sobre a imigração, sob as mais diferentes formas e conteúdos, ganharam crescente impacto, nos últimos quinze anos. Entre outras razões que explicam esse florescimento, destaco a crise dos grandes modelos explicativos do processo histórico, deixando espaço para novas perspectivas (FAUSTO, 1999, p. 12).

Ainda sobre os enfoques adotados pelos estudos migratórios, Fausto acrescenta:

Por exemplo, é frutífero, de um lado, dar ênfase a uma abordagem estrutural, buscando melhor compreender as raízes mais profundas de um movimento migratório transoceânico de dimensões até então desconhecidas, tanto no que diz respeito às condições socioeconômicas existentes na Europa e no continente asiático quanto nos países de recepção. De outro lado, é igualmente frutífero adotar um enfoque micro-histórico, acompanhando-se trajetórias familiares, nas duas pontas da cadeia migratória. A temática dos estudos mostra-se também bastante ampla, tendo-se voltado, nos últimos anos, com preferência, para questões acerca da construção de novas identidades e dos graus de integração nos países receptores (1999, p.9 e 10).

Herbert Klein (1999), por sua vez, afirma que as migrações envolvem o peso dos fatores de expulsão ou de atração e a maneira como se equilibram. Além disso, a formação social, econômica, política e cultural dos países envolvidos no processo é de grande importância para as análises, tendo em vista que os

imigrantes, em sua maioria, não têm interesse em abandonar suas casas, nem suas comunidades. Se pudessem escolher, a maioria deles permaneceria em seus locais de origem.

Ainda sobre o tema da repulsão ou atração, Costa Leite (1999) reflete que o mesmo não deve ser visto como um exercício de seleção de um fator em detrimento ao outro, pois, nem a atração, nem a repulsão podem existir em termos absolutos, elas se definem uma em relação à outra. Assim, cabe ressaltar que “as migrações não acontecem em função exclusiva da necessidade ou da oportunidade, mas, sim, da conjugação, sem situações concretas, da necessidade com a oportunidade” (LEITE, 1999, p.183).

Questões étnicas, relações de família e condições de trabalho também são fatores decisivos nos processos de migração e adaptação dos imigrantes:

Uma vez que as condições econômicas constituem o fator de expulsão mais importante, é essencial saber por que mudam as condições e quais são os fatores responsáveis pelo agravamento da situação crítica que afeta a capacidade potencial dos emigrantes de enfrentá-la. Nessa fórmula, três fatores são dominantes: o primeiro é o acesso à terra e, portanto, ao alimento; o segundo, a variação da produtividade da terra; e o terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos (KLEIN, 1999, p.14).

A atração migratória foi sentida de forma diferente em cada região e eram diversos os fatores responsáveis pela apreensão, considerando as diferenças individuais e de grupos, o sexo, a idade, a situação familiar, o grau de instrução e as habilidades profissionais. Segundo Costa Leite (1999), dentre as diferentes motivações podemos distinguir três grupos principais de emigrantes, classificados de acordo com objetivos relacionados à: carreira, obtenção de rendimento complementar temporário e resposta a uma situação de grande crise no país de origem. Tendo em vista tal classificação, podemos considerar, num primeiro momento, a emigração açoriana como uma emigração de crise, onde a descrição se refere a “[...] emigrantes que embarcavam em grupos familiares. A decisão de partir com toda a família era uma decisão drástica, que implicava geralmente uma situação econômica muito difícil, sem horizonte de regresso” (LEITE, 1999, p.194).

As grandes migrações dos séculos XIX e XX, responsáveis pela chegada de mais de dois terços dos imigrantes na América, apresentavam em si, uma combinação dos três fatores supracitados. Podemos afirmar ainda que o fator demográfico muito influenciou tais migrações, tendo em vista a redução progressiva das taxas de mortalidade e a manutenção de altos índices de natalidade, o que pressionou enormemente o setor agrícola de grande parte dos países europeus. Assim, em atendimento às crescentes demandas alimentares, houve uma mudança nos métodos tradicionais de arrendamento, cultivo e produção:

[...] a supressão dos tradicionais direitos de acesso à terra e outros instrumentos foram usados para a criação de unidades econômicas viáveis. Isso implicou na perda por muitos camponeses de seus direitos à terra, os quais foram forçados a trabalhar para outros. O aumento de produtividade e a crescente mecanização da agricultura europeia significaram menor necessidade de mão-de-obra, exatamente num momento em que surgia um excedente de força de trabalho. Em virtude da falta de apoio governamental, a fome passou a ser uma séria ameaça às populações sem terra ou que possuíam terras limitadas (FAUSTO, 1999, p.15).

Todos esses fatores somados desencadearam sérias dificuldades econômicas para um grande número de camponeses europeus. No começo, a própria Europa absorvia os camponeses expulsos da terra através do trabalho migratório temporário, por ocasião do crescimento da população urbana europeia. No entanto,

como tais oportunidades eram limitadas, o Hemisfério Ocidental passa a se apresentar como uma considerável possibilidade de escapar das crescentes limitações impostas nos mercados de trabalho da Europa. Sobre este aspecto afirma Klein:

Desde o início, o Hemisfério Ocidental era exatamente o oposto da Europa em termos do relacionamento terra-trabalho. Na Europa, a terra era cara e a mão-de-obra, barata. Na América, a terra era abundante e estava disponível. Entretanto, a mão-de-obra era escassa; portanto, cara (1999, p.15).

Tendo em vista que a manutenção das colônias era algo muito dispendioso e difícil para todas as nações europeias, era necessário que essas sociedades coloniais exportassem para o mercado internacional a fim de garantir sua sobrevivência. Dessa forma, a constante necessidade de exportações, destinadas, em sua maioria, a suprir o mercado europeu, significava que a oferta de mão-de-obra era sempre pequena em todos os países europeus que colonizaram a América. A possibilidade de obtenção de terras na América (que eram consideravelmente mais baratas em comparação com os padrões europeus), também foi um importante fator de atração para os imigrantes. Costa Leite afirma que “No contexto europeu, num país atrasado do ponto de vista econômico e demográfico como Portugal, a emigração marcou uma tendência crescente” (1999, p.180).

A emigração, geralmente, sempre foi encarada sob um aspecto negativo, onde a saída de um grande número de pessoas apresenta-se como um claro sinal das insuficiências nacionais, bem como uma perda de recursos humanos. Além disso, no caso específico de Portugal, esse sentimento negativo era potencializado pela noção de decadência concretizada a partir do distanciamento relativo aos países industrializados.

Afirma Leite (1999) que, de uma forma geral, cerca de 50% dos imigrantes conseguiam retornar aos seus países com suas poupanças, alcançando o objetivo de viver sob uma condição financeira melhor. Para a outra metade, na medida em que eram assimiladas novas culturas e economias - em virtude da acumulação de riquezas – o desejo dos imigrantes era alcançar a mobilidade social e em virtude desse fato e também do desejo de aculturação no país de recepção, mandavam buscar suas famílias em Portugal para junto delas permanecer definitivamente no Brasil.

O dinheiro dos emigrantes e o retorno de gente experimentada e amadurecida pelo conhecimento do mundo para além de sua aldeia serve para lembrar que a emigração, e certamente a emigração oitocentista de Portugal para o Brasil, não era um movimento de sentido único, antes estabelecendo complexas relações dos dois lados do Atlântico (LEITE, 1999, p. 196).

Quando as terras que se pretendia ligar em termos migratórios não possuíam vínculos comerciais ou afinidades culturais, o trabalho era redobrado no sentido de empreender muitos esforços, que iam desde o recrutamento dos emigrantes até o transporte, ao passo que a emigração de portugueses para o Brasil, em comparação com outros fluxos migratórios, pode ser considerada mais natural, mesmo que tenha sido do tipo dirigida. As semelhanças culturais entre os dois países e o uso da língua portuguesa sempre atuaram como agentes facilitadores da inserção do imigrante no trabalho, especialmente quando o mesmo exigia o contato com o público.

Sobre o aspecto cultural, facilitador das relações de migração entre Portugal e Brasil, consideramos que a história cultural poderá nos auxiliar imensamente nos diferentes modos de observação a respeito da

análise do processo de fixação dos açorianos no Espírito Santo, em seus diversos aspectos e particularidades, tendo em vista que a mesma apresenta uma ampla abrangência porque engloba os modos comuns e apreendidos da vida, transmitidos pelos indivíduos e grupos, em convívio social.

Como base para esta pesquisa, também utilizaremos como referência os estudos de Roger Chartier, um dos maiores representantes da História Cultural. Sua obra se baseia na interpretação de fatos históricos, priorizando a utilização de metodologias que dialogam com outras ciências humanas (antropologia, psicologia, linguística, geografia, economia e principalmente a sociologia). Suas pesquisas culminaram numa forma evoluída da história cultural: a “Nova História Cultural” ou a “História das Mentalidades”, abrindo caminhos para estudos históricos mais abrangentes e variados, tendo em vista que surgiu a partir do esgotamento dos modelos teóricos globalizantes, nos quais o historiador era refém da busca da verdade.

Ao invés de adotar o manejo dos fatos históricos, Chartier (1990) adota uma história problematizadora do social e dos modos de viver, sentir e pensar. Apresenta-nos uma história concebida com estruturas em movimento, considerando a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens na tentativa de explicar o mundo, revelando uma especial aproximação com o informal e com análises historiográficas alternativas para a investigação histórica, resultando em caminhos diferentes dos que foram traçados pelas abordagens tradicionais, onde o dimensionamento da cultura é valorizado em termos de classes sociais. Propõe um conceito de cultura como prática social, sugerindo para seu estudo as categorias de representação e apropriação. Para ele, representar significa “estar no lugar de”, sendo a presentificação de um ausente. O objetivo central do conceito de representação é trazer para o presente o ausente vivido, podendo assim interpretá-lo: “construir uma história social das interpretações, remetidas para suas determinações fundamentais que são o social, o institucional e, sobretudo, o cultural” (CHARTIER, 1990, p.26).

Com relação aos estudos dedicados à sociedade, consideramos como de fundamental importância a contribuição de Norbert Elias (1994), ao definir que os indivíduos que a compõem são atores de uma dinâmica que assume diversas perspectivas numa mesma estrutura, o que nos possibilita afirmar que uma sociedade permanece em constante transformação porque é formada por indivíduos não estanques. Sua constatação também nos aponta para a relevância de estudarmos os inventários e os testamentos, além de outros documentos particulares, pois, ao traçarmos paralelos com outras fontes documentais de mesma época e assuntos correlatos, os mesmos poderão oferecer pistas sobre nosso objeto de estudo.

Ao propiciar o encontro de pesquisas interdisciplinares direcionadas ao estudo local, agregando-as às metodologias de análise de fontes primárias, é possível consolidar uma produção historiográfica capaz de suprir as necessidades geradas a partir da reprodução longínqua do emprego de um único modelo para tentar explicar a história do Espírito Santo, ou seja, a partir da História de todo território brasileiro, que não considera as especificidades locais. Dessa forma, a elaboração de estudos que se dediquem a investigar a história local passa a significar um enorme ganho, considerando os distintos aspectos e estruturações regionais existentes, evitando as generalizações que desqualificam o procedimento investigativo.

Os estudos regionais passaram ganhar mais espaço nos meios acadêmicos pela possibilidade de

complementar o entendimento de outras realidades, a partir da ótica da especificidade do objeto e de experiências em comum, num âmbito mais generalizado. Para os estudos regionais brasileiros, tomaremos como base as contribuições de Sérgio Nadalin (2003), que propõe um estudo sobre a História do Brasil que enfatize as migrações e o povoamento a partir do estudo de caso. Assim acreditamos ser possível o desenvolvimento de uma análise mais segura, por considerar as particularidades advindas dos aspectos regionais, bastante evidenciados durante o regime colonial. Seu foco está concentrado na população e em suas relações com a economia, a cultura, a geografia e as estruturas sociais. Afirmar Nadalin (2003) que, mesmo ao realizar um estudo de caso, onde a regionalização da pesquisa histórica se apresenta como essencial para a compreensão das singularidades locais, as características gerais não devem ser descartadas para a análise e a compreensão do todo, tendo em vista as semelhanças nas estruturas sociais e políticas que abarcam todo o território brasileiro durante o período colonial.

Metodologia E Fontes

Esta pesquisa será segmentada em três diferentes eixos, tendo em vista o melhor desenvolvimento de cada um deles e o esclarecimento de limites e potencialidades que o tema abordado poderá nos proporcionar. Nesse momento inicial, o levantamento preliminar das fontes bibliográficas e documentais se apresenta como um requisito de grande importância para situar o nível de debates que o assunto abordado é capaz de suscitar.

No primeiro eixo será realizada uma análise acerca dos condicionantes internos e externos que influenciaram o processo de povoamento da Capitania do Espírito Santo, situando-o o contexto histórico brasileiro do início do século XIX, objetivando a compreensão do cenário local em relação ao global. Também será analisado e discutido o panorama administrativo brasileiro com relação às políticas implementadas pela Coroa Portuguesa, inserindo a Capitania do Espírito Santo no contexto da política imigratória instituída no Brasil. O segundo eixo será dedicado às discussões relativas à instalação de açorianos no Brasil no período anterior à independência e sua efetiva contribuição para o povoamento e o desenvolvimento da Capitania do Espírito Santo. Analisaremos, no terceiro eixo, o povoamento do Sertão de Santo Agostinho (Viana), evidenciando as etapas desse processo e suas principais motivações, abordando desde a chegada dos açorianos, passando pela instalação e adaptação dos mesmos a essa nova realidade geográfica, política, econômica, social e cultural.

A fim de conhecer a problemática dos locais e sujeitos envolvidos neste estudo e melhor compreender a inter-relação entre eles, realizaremos uma pesquisa de abordagem qualitativa. Para tanto, trabalharemos com a realidade não quantificada, pois o assunto envolve vários significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Acerca dos procedimentos técnicos, a prática metodológica adotada será o estudo de caso, pois o mesmo propiciará um detalhamento capaz de permitir o seu amplo conhecimento, contemplando assim um registro e uma análise de informações mais profundas acerca da realidade dos atores sociais em seu próprio contexto. A técnica de coleta de dados se dará por meio de pesquisa bibliográfica, documental, iconográfica, consulta de bancos de dados e documentos disponibilizados na internet, entre outros. Considerando que o levantamento e a análise das fontes são destinados à quantificação e à qualificação dos dados obtidos, os mesmos possibilitarão a reconstrução das redes de sociabilidade nas quais os açorianos estavam inseridos na capitania do Espírito Santo.

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizaremos fontes primárias de cunho cartorial, bem como memórias estatísticas, cartas, documentos religiosos e documentos oficiais. O corpo documental oficial, sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Fundo Governadoria, data-limite: 1770-1950), será, para esta pesquisa, a principal fonte primária acerca das informações produzidas pela administração colonial estabelecida pela Coroa Portuguesa no Espírito Santo. O Fundo Governadoria é um acervo composto por correspondências recebidas e expedidas pela governadoria, cartas régias, cartas de sesmarias e outros documentos. Analisaremos especificamente quatro séries desse Fundo: Série Accioly, Novas Séries, Série 751 Livros e Série Correspondências.

Também serão consultados e analisados os documentos existentes no Arquivo Público do Município de Viana, os documentos da Paróquia de Viana que ficam sob a guarda da Mitra Diocesana de Vitória e as memórias estatísticas. As memórias estatísticas eram confeccionadas pelos próprios governadores das capitanias, pelos presidentes das províncias, sendo enviadas ao Governo Geral. Trata-se de relatórios obrigatórios que continham informações relevantes à administração, tais como: número de habitantes, economia, geografia, política e outras questões de cunho social.

Cabe destacar que pelo motivo dos documentos oficiais, em sua maioria, serem de autoria de políticos, nossa análise levará em consideração o fato de que os mesmos podem representar uma realidade baseada num discurso político vigente na época. Desta forma, é de extrema importância que os relatores de cada fonte trabalhada sejam identificados e assim, conhecendo sua posição no contexto histórico da capitania, conseguiremos identificar as principais motivações em seu relato acerca da situação da Capitania. De acordo com as considerações de Costa Leite,

Posto que os imigrantes só raramente contam a sua história ou aparecem nos debates públicos sobre a emigração, as fontes mais abundantes e mais facilmente acessíveis sobre a emigração são geralmente elaboradas por outros – políticos, burocratas, diplomatas – com interesses próprios a defender. São raros os esforços de simpatia, no sentido de tentar compreender os emigrantes do ponto de vista das suas próprias dificuldades e oportunidades (1999, p.181).

Após a adequação das informações coletadas, a partir das fontes empíricas e análise do material, as mesmas serão confrontadas com a realidade descrita pelos materiais historiográficos pesquisados, garantindo que as principais obras, teses, artigos, pesquisas e outros documentos referentes ao Espírito Santo no Período Joanino do Brasil Colonial tenham sido consultados e analisados. Assim, o cruzamento dos dados advindos da análise de documentos será, sempre que houver pertinência, confrontado com a historiografia dedicada à história do Espírito Santo num contexto local, regional e global de mesmo recorte temporal.

Referências Bibliográficas

ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

APALHÃO, J. A.; ROSA, V. M. P. **Da Emigração à aculturação: Portugal insular e continental no Quebeque**. Angra do Heroísmo: Coleção Diáspora, 1980.

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **Subsídios para o estudo da geografia e da história do município de**

Viana. Vitória: [s.n.], 1951.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel (Org.). **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia.** Porto Alegre: EST, 2002.

CARVALHO, Enaile Flauzina, 1977- C331p **Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)** / Enaile Flauzina Carvalho. – 2008. 160 f. : il.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha, Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo,** 1965.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIAS, Vilson Francisco. **Dos Açores ao Brasil meridional: uma viagem no tempo.** Florianópolis: [s.n.], 1998.

FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América – a imigração em massa para a América Latina.** São Paulo: EDUSP, 1999.

FORTES, João Borges. **Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul.** 3.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro:** Ed. 7 Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S. **Migração internacional na história das Américas.** In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América – a imigração em massa para a América Latina.** São Paulo: EDUSP, 1999. P.13-31.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução: Bernardo Leitão. 3. ed. Campinas, SP: Edunicamp, 1994.

LEAL, João. **Açores, EUA, Brasil: imigração e etnicidade.** Açores: Nova Gráfica, 2007.

LEITE, Joaquim da Costa. **O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914).** In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América – a imigração em massa para a América Latina.** São Paulo: EDUSP, 1999. P. 177-200.

MARTINS, Ismênia de Lima. **Migrações históricas culturais e trajetórias.** [S.l.]: Expressão e Arte, 2010.

MARTINS, I. L.; HECKER, A. **E/imigrações questões e inquietações.** [S.l.]: Expressão e Arte, 2013.

- NADALIN, Sérgio Odilon. **A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade**. Rio de Janeiro: Topoi, v. 4, n. 7, Jul-Dez. 2003. pp. 222/275.
- NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [19--].
- OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Cultura, 2008.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- PROJETO IMIGRANTES do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES. Disponível em : <<http://www.ape.es.gov.br/imigrantes>>. Acesso em: 20 julho 2014.
- RODRIGUES, Ondina Antônio. **Imigração portuguesa no Brasil**, volume 5 de Série Resumos. [S.l.]: Memorial do Imigrante, 1999.